

10 ANOS DE MENSURAÇÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS NO BRASIL¹

Hildete Pereira de Melo
UFF e SPM/PR *

Cláudio Monteiro Considera
Alberto Di Sabbato
UFF *

INTRODUÇÃO

As mulheres vivem no mundo atual uma espécie de esquizofrenia e culpas entre o trabalho que realizam no interior de suas casas, cuidando dos filhos e maridos atividades que realizam por “amor” a sua família e a vida profissional, ter sucesso na carreira escolhida além da maternidade.

O tempo despendido no seio das famílias para cuidar da reprodução da vida permite fazer um contraponto ao significado econômico a este tempo de trabalho que poderia ser utilizado por elas para gerar renda e desta forma elevar os rendimentos familiares ou simplesmente ampliar sua autonomia econômica. Elas podem escolher ficar em casa cuidando de todos ou contratar outra pessoa para realizar estas tarefas que socialmente lhe cabem - isto custará “caro”. Qual o custo do pagamento de uma cozinheira, babá e faxineira?! Seguramente muitas mulheres ainda não se deram conta que tiveram que fazer escolhas ao optar pelo casamento e ter filhos, em oposição à possibilidade de não se casarem e serem financeiramente independentes. Outras conhecem perfeitamente as escolhas feitas e temem qualquer ruptura com o marido e a pobreza que as ameaça, no caso de separação. O reconhecimento social que o

¹ Este artigo foi apresentado na 35º Conferência da Associação Internacional para Pesquisas de Uso do Tempo (IATUR), Rio de Janeiro, Brasil, 7 a 9 de agosto de 2013.

* Hildete Pereira de Melo, Doutora em Economia, Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Assessora Especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

♥ Claudio Considera doutor em Economia, Professor Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF); Alberto Di Sabbato, doutor em Economia Rural, Diretor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

casamento e a maternidade conferem às mulheres não implica que estas questões não sejam uma realidade, embora elas não tenham feito um cálculo detalhado da importância do trabalho que realizam para cuidar da sua família (Araujo, Scalon, 2005, Vandelac, 1988, Duran, 1983, 2010).

Ester Boserup (1970) no seu trabalho pioneiro definiu a divisão sexual do trabalho como um elemento de base na divisão do trabalho. Esta autora destacou como o cálculo do produto nacional, ignora a produção dos serviços de subsistência das famílias, atividades realizadas principalmente pelas mulheres e como estas atividades que contribuem para o bem-estar socioeconômico, são subestimadas ou a elas não se dá devida importância. As críticas feitas pelas feministas no final dos anos setenta ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção.

Este enfoque mais amplo evidencia que a plena participação das mulheres pode ser visualizada através da eliminação das limitações que as marginalizam ou as tornam invisíveis, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas.

O trabalho de Ann Oakley (1974) ao explicitar a relação do trabalho do homem ao trabalho produtor de mercadorias, e o da mulher à casa, conclui que o termo dona-de-casa não pode ser sinônimo de esposa e mãe, mas de trabalho doméstico não remunerado. Isso colocou mais lenha no fogo da rebelião feminina ao não aceitar mais os velhos estereótipos do papel feminino e desmascarar o trabalho não-pago- o trabalho reprodutivo.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre esta temática, propondo uma valorização monetária para este trabalho realizado no interior dos domicílios e que silenciosamente permite que a vida continue, mas as pessoas que o executam permanecem na sombra. Esta proposta de valorização desnuda a nosso ver a desigualdade existente nas relações de gênero e a subalternidade do papel feminino na sociedade.

Nas últimas décadas diversas trabalhos foram escritos propondo a valorização dos trabalhos realizados no interior das famílias e não pagos. Vandelac (1988, 1995), fazendo uma história do trabalho doméstico não pago – trabalho reprodutivo, estimou que na década de 1920 nos EUA o valor do trabalho doméstico seria equivalente a 25% a 31% da renda nacional americana, esta estimativa baseava-se num cálculo simples: multiplica-se o número de donas-de-casa em tempo integral pelo salário médio dos empregados domésticos e obtém-se o 1/3 da renda nacional do país equivalente ao

trabalho não pago das mulheres com a reprodução da vida. Clark (1971) também assinala que os estatísticos noruegueses e dinamarqueses tentavam desde o século XIX introduzir na contabilidade nacional uma estimativa monetária do trabalho doméstico não pago.

De fato, desde os séculos XVIII e XIX que são propostas metodologias para medição do produto nacional (Petty, Quesnais), mas só nos anos 1940 sob a influência de Keynes estes conceitos foram ampliados e modificados seus suas concepções básicas. No século XVIII este conceito de produção era restrito a atividade agrícola, com a Revolução Industrial incorporou-se o conjunto da produção dos bens materiais mercantis e, em seguida, as atividades de comércio e de transportes, para no século XX se incluir as atividades que combinam produção não mercantil, como a educação e a saúde não mercantis fornecidas pela administração pública.

A partir dos anos 1970 a emergência do movimento feminista no mundo ocidental faz replicar este tema na agenda internacional. Dois fatores contribuíram para estes estudos: de um lado, as mudanças no campo feminino, com as transformações na reprodução doméstica, a denúncia da exploração das donas-de-casa que colocavam desafios para economia. Por outro, o desenvolvimento da microeconomia com *New Home Economics* de Gary Becker (Prêmio Nobel de Economia em 1992) que possibilitou a construção de uma justificativa teórica para estas avaliações ao incorporar as aplicações teóricas das teorias neoclássicas aos estudos sobre a família, afirmou que a função econômica doméstica é uma atividade de produção de utilidade e que o tempo é um recurso econômico e que sua alocação ótima contribui para o bem-estar. Para ele, a mãe enquanto agente “econômico” tem seu comportamento analisado a partir da ideia de otimização, isto é, a ideia do agente econômico otimizador. Tal conceito está baseado no pressuposto da concorrência intercapitalista como um processo de seleção que impele os agentes (empresas) a tentarem maximizar o lucro. Tratando-se de consumidores estes são individualistas e utilitaristas e as mulheres no exercício da maternidade comportam-se como tal (Becker, 1980).

Este pano de fundo suscita a discussão sobre o trabalho doméstico não pago/trabalho reprodutivo e o surgimento de estudos e avaliações sobre esta temática: em 1982 um estudo da OIT concluiu que havia pelo menos 75 avaliações monetárias realizadas para contabilizar o trabalho doméstico não pago, em diversos países (Goldschmidt-Clermont, 1982). E neste quadro teórico inscrevem-se inúmeros

trabalhos, tal que os mesmos postulados da economia neoclássica que excluiu o trabalho doméstico da contabilidade nacional provavelmente permitiu sua incorporação via as análises e o prestígio intelectual de Becker.

Não há unanimidade sobre isso: muitos economistas consideram este trabalho “não pago” realizado no interior dos domicílios como não “produtivo”, por que não geram valor e este é e deve ser excluído das contas nacionais, isto é da medição do produto nacional. Para o pensamento feminista o interesse é resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerando-as como agentes/atores e não exclusivamente como indivíduos beneficiados no interior homogêneo dos núcleos familiares ou invisíveis no interior da população.

A perspectiva de gênero possibilita uma avaliação mais rica sobre a quantidade e a qualidade das mudanças que as mulheres vivenciaram nas últimas décadas, devido às transformações acontecidas em todas as atividades econômicas. Esse reconhecimento implica em reavaliar a metodologia de cálculo da contabilidade nacional que vela o trabalho doméstico e desta forma não reconhece sua enorme importância para o bem-estar da sociedade.

O QUE MEDEM AS CONTAS NACIONAIS

O Sistema de Contas Nacionais segue basicamente as recomendações das Nações Unidas (ONU), do Fundo Monetário Internacional, da Comissão das Comunidades Europeias, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e do Banco Mundial explicitadas no manual das Contas Nacionais – *System of National Accounts 1993* [(SNA), IBGE, 1997 e 2007]. Estas recomendações são no sentido de que se adote um conceito amplo de produção. Em trabalho anterior estes autores argumentaram que os afazeres domésticos realizados no ambiente familiar deveriam ser valorados e computados no PIB do país de forma que fossem valorizados pela sociedade.² Naquele trabalho propôs-se uma metodologia para o cálculo do valor dos afazeres domésticos/trabalho reprodutivo, no período 2001-2005, metodologia esta que se propõe repetir aqui para medir a década de 2001/2011, a partir da disponibilidade

² MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Claudio Monteiro, SABBATO, Alberto Di, “Os afazeres domésticos Contam”, Economia e Sociedade, v. 16, n. 3 (31), pp. 435-454, dez 2007.

das informações elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs).

Cabe lembrar, ainda, que em 1995, o relatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU (UNDP, 1995),³ nas suas recomendações explicitou a necessidade de incorporar a contribuição para a renda nacional do trabalho não remunerado/trabalho reprodutivo e realizado majoritariamente por mulheres num sistema de contas satélites, como uma forma de dar *visibilidade a estas tarefas, ocultas no recôndito dos lares*.⁴ Desde então, surgiram alguns estudos sobre o tempo como forma de subsidiar a tomada de decisões políticas e a gestão dos recursos humanos na sociedade. Os métodos são variados e dependem de escolhas feitas pelos autores; na sua maioria estes trabalhos estão inscritos nos marcos da teoria neoclássica (o site da IATUR pode ser revisitado sobre estes trabalhos).

No rastro destas inquietações as pesquisas de uso do tempo têm possibilitado a perspectiva de elaboração de contas satélites do trabalho não remunerado realizado no interior dos domicílios em âmbito nacional. Em 2005, a Comunidade de Madrid faz um estudo (Informe Final sobre la Cuenta Satélite de Hogares de la Comunidad de Madrid), propondo práticas contábil para mensurar o trabalho reprodutivo – não pago – realizado pelas pessoas para o conjunto da Espanha, com o objetivo de assinalar um valor econômico (em termos da hora média trabalhada para o mercado, com alguns cenários alternativos) agregado com o trabalho não pago produzido nos domicílios. Os métodos para valorar esta produção recorrem a unidades de medidas tradicionais de input e output. E para a contabilidade nacional convencional utilizam-se os preços de mercado como referência básica para valorar a produção (Comunidad de Madrid, 2006).

A despeito desses progressos em termos de propostas e possibilidades metodológicas, estes estudos ainda são embrionários e não respondem às demandas do movimento de mulheres.⁵ Por exemplo, entre as economistas feministas não há uma

³ Segundo WALKER (1977), em 1973, a Associação Americana de Economia Doméstica realizou uma demanda à Comissão Econômica Interparlamentar do Congresso dos Estados Unidos de valoração dos serviços domésticos. Este mesmo autor relata que, em 1973, os economistas Tobin e Nordlaus propuseram uma medida de bem-estar intitulada de MEW (Measure of Economic Welfare) – rebatizada por Paul Samuelson de NEW (Net Economic Welfare) –, ambas incluindo um valor atribuído às tarefas domésticas executadas pelas donas-de-casa e o trabalho “produtivo” efetuado pelos maridos na moradia.

⁴ Notem, que não há empecilhos técnicos para esta questão e como exemplo, pode-se citar o caso da cidade de Buenos Aires que, em 2003, aprovou uma lei para promover uma pesquisa sistemática para quantificar o aporte econômico realizado pelas donas de casa daquela cidade (CONSEJO NACIONAL DE LA MUJER, 2005).

⁵ Ver, por exemplo, DURAN [2000], AGUIAR [2001], AGUIRRE et al. [2005], DEDECCA [2004, 2005], SOARES [2008] e GURYAN, et all. [2008].

completa aceitação desta medição no cálculo do PIB (Produto Interno Bruto) e Renda Nacional à semelhança do trabalho produtivo (Carrasco, 2012). De forma interessante Fernandes (2008)⁶ argumenta que, pela metodologia atualmente vigente, os verdadeiros índices de produção são grosseiramente subestimados e que o paradigma econômico vigente não capta tudo aquilo que não for quantificável. No entanto, mesmo reconhecendo estas críticas optou-se por fazer esta proposição de valorar o trabalho reprodutivo a partir das estatísticas de medição do tempo gasto pelas pessoas com a realização de afazeres domésticos/trabalho reprodutivo disponibilizados pelo IBGE/PNAD desde 2001.

Esta pesquisa investiga o número de horas despendido pela população na execução de afazeres domésticos/trabalho reprodutivo: arrumar/limpar a moradia; cozinar os alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando ou não aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas; orientar/dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores do domicílio. Assim, a introdução da “medição das horas utilizadas para execução destas tarefas” no corpo do questionário da PNAD/IBGE, tornou possível realizar-se uma estimativa do valor econômico do trabalho realizado no interior do domicílio, pelos membros da família para o conjunto do Brasil.

A CONTA DOS AFAZERES DOMÉSTICOS.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/IBGE) investiga, desde o ano de 2001, o número de horas despendido na execução de afazeres domésticos por unidade da federação, classificando-o por sexo e faixa etária. A mesma pesquisa (PNAD) investiga também o tipo de atividade econômica, o número de horas trabalhadas, e a respectiva remuneração das pessoas ocupadas na produção, quer elas tenham ou não carteira assinada, quer sejam empregados ou empregadores. De fato, para várias atividades econômicas esta é a única informação a respeito da produção e, graças a ela, é possível imputar nas contas nacionais valores adicionados de várias atividades que não são registrados pelas estatísticas econômicas do país ou mesmo por registros administrativos.

Assim, a partir das informações da PNAD, as contas nacionais do Brasil podem medir também a produção dos trabalhadores domésticos remunerados. O que se propõe aqui é sua utilização para mensurar também os afazeres domésticos executados por

membros das famílias não remunerados. Para isso, utilizou-se a remuneração média dos serviços domésticos remunerados, por estado, por hora e multiplicou-se pelo número de horas de afazeres domésticos, por estado, sexo e faixa etária.⁶

Em trabalho anteriormente citado (MELO, et all) para fazer a contabilidade dos afazeres domésticos aquele estudo concluiu que os resultados, independentemente do método utilizado para a estimativa, são semelhantes e que o método 1, em que opta-se por considerar o rendimento médio auferido pelos trabalhadores domésticos registrados na PNAD no mês de setembro como sendo o rendimento médio do ano, seria o que melhor representaria o período,

Cabe aqui, finalmente, discutir uma questão que foi, com relativa frequência, mencionada em diversas discussões sobre este tema. Porque atribuir ao afazer doméstico realizado pelos membros da unidade familiar, o valor recebido por uma pessoa contratada - empregadas domésticas - quando semelhante serviço é prestado por pessoas de qualificações superiores à da maior parte do universo das empregadas domésticas? A resposta para isso é simples: caso um(a) engenheiro(a) ou economista ou qualquer outro graduado(a), com mestrado ou doutorado, ou ainda qualquer outro(a) profissional, oferecesse seus préstimos no mercado de serviços domésticos, ele/ela seria pago pelo valor de mercado atribuído aos prestadores desse serviço. Sua remuneração não seria semelhante àquela da sua profissão. Seria equivalente à de uma empregada doméstica, que é o serviço que de fato irá realizar.

RESULTADOS

A Tabela 1 traz os resultados das estimativas realizadas pelos dois métodos. Considerando-se os resultados do método 1 (que parece o mais adequado), os afazeres domésticos durante os dez anos aqui referidos foram valorados em média em 11,4% do PIB. Considerando-se o PIB de 2012 (R\$4.402.573 milhões), isto representaria R\$501.900 milhões. Em dez anos este valor seria R\$5.019.000 milhões. Tendo em vista que o número de horas trabalhadas pelas mulheres em afazeres domésticos é de 2,5 vezes a dos homens e que o número de mulheres empenhadas em afazeres domésticos é 2 vezes o número de homens, o PIB gerado pelas mulheres durante dez anos é 5 vezes maior do que aquele gerado pelos homens e equivale a 83,5% dos 10 anos de PIB que

⁶ Supõe-se aqui que não importa a faixa etária todos são capazes de realizar eficientemente os serviços domésticos que se atribuem.

monetariamente seria de R\$4.189.155 milhões um valor quase igual ao PIB de 2012. As mulheres em 10 anos, em seus lares, produziram uma quantidade de serviços para nossa sociedade equivalente ao PIB brasileiro anual. E isto, ao não ser valorado, não tem valor reconhecido, é ignorado pela sociedade brasileira, relegado à inexistência.

TABELA 1
RENDA ANUAL COM AFAZERES DOMÉSTICOS E PERCENTUAL SOBRE O PIB (EM R\$ MILHÕES)
BRASIL – 2001-2009 e 2011

MÉTODOS	2001		2002		2003		2004		2005	
	RENDA ANUAL	% S/PIB								
MÉTODO 1	148.653	11,4	170.238	11,5	200.283	11,8	204.791	10,5	235.350	11,0
MÉTODO 2	131.692	10,1	153.215	10,4	177.174	10,4	184.191	9,5	207.591	9,7
PIB	1.302.136		1.477.822		1.699.948		1.941.498		2.146.239	
MÉTODOS	2006		2007		2008		2009		2011	
	RENDA ANUAL	% S/PIB								
MÉTODO 1	269.642	11,4	319.965	12,0	297.857	9,8	370.869	11,6	554.567	13,4
MÉTODO 2	240.011	10,1	289.523	10,9	271.080	8,9	337.529	10,6	511.125	12,3
PIB	2.369.484		2.661.344		3.031.864		3.185.125		4.143.013	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NOS DADOS DAS PNADs/IBGE 2001 A 2009 E 2011.

NOTAS: 1) VALORES EM MILHÕES DE REAIS CORRENTES DO ANO RESPECTIVO.

2) MÉTODO 1 - RENDA SEMANAL COM AFAZERES DOMÉSTICOS (PNAD) MULTIPLICADA POR 52 SEMANAS.

3) MÉTODO 2 - RENDA SEMANAL COM AFAZERES DOMÉSTICOS (PNAD) DIVIDIDA PELO SALÁRIO MÍNIMO DE SETEMBRO E MULTIPLICADA PELA SOMA DOS SALÁRIOS MÍNIMOS DO ANO RESPECTIVO.

O exame da dinâmica dessa atividade possibilita entender melhor os movimentos acima:

- Pela Tabela 2, verifica-se que o número de horas dedicado a afazeres domésticos se reduz desde 2001 até 2008 tanto para os homens (-11%) como para as mulheres (-18%); de 2008 em diante este número volta a crescer até 2011 tanto para os homens (12%) como para as mulheres (10%);
- Na tabela 3 constata-se que o valor do serviço doméstico remunerado é ano a ano superior ao salário mínimo tanto para homens (em média 82%) como para mulheres (em média 63%) durante todo o período; com isso, o rendimento médio do serviço doméstico remunerado realizado pelos homens no período, em relação ao salário mínimo, é 11% superior ao das mulheres.

Tabela 2
BRASIL - Horas semanais por pessoa com afazeres domésticos

ANO	NUMERO DE HORAS SEM. P/ PES. C/ AFAZERES DOM.		VARIAÇÃO ANUAL HORAS SEM. P/ PES. C/ AFAZERES DOM.	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
2001	10,97	29,00	-	-
2002	10,62	27,20	0,9689	0,9378
2003	10,70	26,57	1,0070	0,9769
2004	10,56	25,54	0,9866	0,9612
2005	9,85	25,26	0,9332	0,9891
2006	10,00	24,82	1,0148	0,9824
2007	10,27	25,63	1,0273	1,0327
2008	9,71	23,94	0,9457	0,9342
2009	10,16	25,12	1,0459	1,0494
2011	10,86	26,34	1,0695	1,0487

Fonte: PNAD/IBGE, elaboração própria

Tabela 3
BRASIL, Renda por pessoa/hora no serviço doméstico remunerado e salário mínimo

ANO	RENDAS P/ PESS./HORA NO SERV. DOM. REMUN.		SAL. MÍN.		VARIAÇÃO ANUAL			
	A		MENSAL	P/ HORA	A/B			
	HOMEM	MULHER	(SETEMBRO)	(SETEMBRO)	HOMEM	MULHER		
2001	1,66	1,42	180,00	0,82	2,03	1,73	-	-
2002	1,72	1,55	200,00	0,91	1,89	1,70	-6,91	-1,58
2003	2,35	1,83	240,00	1,09	2,15	1,68	13,71	-1,39
2004	2,07	1,90	260,00	1,18	1,75	1,60	-18,66	-4,48
2005	2,19	2,13	300,00	1,36	1,60	1,56	-8,35	-2,71
2006	2,52	2,43	350,00	1,59	1,58	1,53	-1,20	-2,27
2007	3,17	2,78	380,00	1,73	1,84	1,61	15,95	5,58
2008	3,13	2,80	415,00	1,89	1,66	1,49	-9,74	-7,69
2009	3,44	3,19	465,00	2,11	1,63	1,51	-1,72	1,57
2011	5,06	4,75	545,00	2,48	2,04	1,92	25,30	27,08

Fonte: PNAD/IBGE, elaboração própria

c) Ainda na Tabela 3, verifica-se que a relação valor do serviço doméstico remunerado em relação ao salário mínimo, decresce quase continuamente de 2001 até 2006 de 2,02 para 1,58 no caso dos homens e de 1,73 para 1,53 no caso das mulheres. A partir de 2006 volta a crescer quase continuamente para 2,04 para os homens e 1,93 para as mulheres.

d) A Tabela 4 mostra que o número de homens ocupados é em média durante o período, 38% superior ao número de mulheres. Entretanto esse número decresce de 46% em 2001 para 36% em 2006, e nessa faixa se estabelece até o ano de 2011. Nessa mesma tabela constata-se que o número de mulheres em idade ativa ocupada com afazeres domésticos é 2 vezes superior ao de homens tendo recuado de 2,3 em 2001 para 1,9 em 2007 e volta a crescer para 2,1 em 2011.

Tabela 4
BRASIL - PEA, PO, PIA COM AFAZERES DOMÉSTICOS

ANO	HOMEM			
	PEA	PO	PIA C/ AFAZERES	% PO/ PIA C/ AFAZ.
2001	48.390.475	44.747.449	28.268.056	158,30
2002	49.524.477	45.877.459	30.249.956	151,66
2003	50.326.732	46.401.003	31.594.053	146,87
2004	52.832.703	49.241.975	32.935.695	149,51
2005	54.290.827	50.436.228	37.738.071	133,65
2006	54.910.000	51.400.000	38.707.674	132,79
2007	55.754.000	52.363.000	38.342.059	136,57
2008	56.118.000	53.193.000	35.101.245	151,54
2009	56.709.000	53.196.000	38.608.500	137,78
2011	56.850.000	54.078.000	36.651.887	147,54
ANO	MULHER			
	PEA	PO	PIA C/ AFAZERES	% PO/ PIA C/ AFAZ.
2001	34.852.764,00	30.710.723	63.796.585	48,14
2002	36.531.168,00	32.302.163	65.308.821	49,46
2003	37.460.928,00	32.849.624	66.144.899	49,66
2004	40.027.425,00	35.354.319	69.419.453	50,93
2005	41.741.144,00	36.653.748	71.513.152	51,25
2006	42.618.000,00	37.918.000	72.997.203	51,94
2007	43.092.000,00	38.423.000	72.135.742	53,26
2008	43.382.000,00	39.202.000	71.674.029	54,69
2009	44.401.000,00	39.493.000	74.370.505	53,10

2011	43.373.000,00	39.415.000	75.354.669	52,31
------	---------------	------------	------------	-------

Fonte: PNAD/IBGE, elaboração própria

- e) Ainda na Tabela 4, constata-se que há uma maior afluência dos homens do que das mulheres para o mercado trabalho: o percentual de homens no mercado trabalho trabalhando ou buscando trabalho em relação a PIA é em média de 72,6 % enquanto o das mulheres é de 51,4%; entretanto, enquanto esse número se mantém razoavelmente estável no período para os homens, ele cresce continuamente no caso das mulheres. Entretanto esses valores caem abruptamente em 2011 para 70,8 e 50,1. Com isso, a tendência crescente da participação da mulher em relação ao homem no mercado de trabalho que vinha crescendo continuamente (alcança 0,73 em 2009) cai para um valor semelhante ao de 2004 (0,71).
- f) O que as observações acima parecem estar sugerindo é que o crescimento dos rendimentos dos trabalhadores domésticos, no rastro da valorização do salário mínimo que processava-se desde 2005, conjugado com a crise econômica a partir de 2008 teve como resultado o desestímulo das mulheres em buscarem ocupações remuneradas. Com o aumento do seu custo de oportunidade torna-se inevitável o retorno das mulheres aos afazeres domésticos.
- g) Com os movimentos acima apontados, observa-se que em 2008 o percentual dos afazeres domésticos no PIB cai devido a confluência de 2 fatores: o primeiro é a redução do número horas dedicados a afazeres domésticos tanto por parte dos homens como por parte das mulheres; e, em segundo lugar devido a queda nominal do valor das remunerações dos serviços domésticos dos homens e seu parco crescimento (cresceu abaixo do deflator do PIB), no caso das mulheres.
- h) O crescimento do percentual dos afazeres domésticos no PIB posterior a 2008 se deu devido ao crescimento do valor nominal das remunerações dos serviços domésticos dos homens (62%) e das mulheres (70%) e o aumento de horas em afazeres domésticos para ambos os sexos em média de 11%.

Conclusões

Este artigo apresenta uma proposta de mensuração do trabalho reprodutivo – não pago – realizado no interior dos lares, sobretudo pelas mulheres que possibilita complementar as visões tradicionais da economia sobre a produção da vida material e humana. Acredita-se que o resultado deste exercício é do maior interesse público, por que conclui que o valor do produto interno bruto não incluído na Contabilidade Nacional é mais de 12% do que de fato é contabilizado pelo método utilizado pelo cálculo “tradicional” do PIB. Dito de outro modo a sociedade brasileira é 12% mais rica do que até agora se reconhecia e que agregando-se este valor ao longo da década o Brasil produziu outro PIB, secreto, que não se conhecia, mas que corresponde a reprodução da vida no País. Este PIB velado ou o “*PIB da Vassoura*” como definiu um colunista do jornal *O Globo* quando se referiu a estas tarefas que não geram renda monetária e que consequentemente é ignorado pela sociedade.

Este exercício desnuda uma dimensão direta da desigualdade que recai sobre as mulheres, praticamente as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos, membros familiares com alguma dependência. A naturalização do trabalho reprodutivo como sendo necessariamente feminino fica também evidente. Por que este trabalho é socialmente reconhecido como uma “obrigação” das mulheres, como explicita as informações da PNAD/IBGE ao longo da década. O número de horas realizadas pelas mulheres na execução dos afazeres domésticos é de 2,5 vezes superior a dos homens. Há um número de mulheres empenhadas nestas tarefas que é duas vezes o número de homens.

O valor adicionado pelas mulheres com estas tarefas - o PIB gerado pelas mulheres com a reprodução da vida – ao longo destes dez anos produziu uma valor cinco vezes maior do que aquele valor gerado pelos homens na execução destas tarefas. Isto é, as mulheres são responsáveis por 83,5% deste PIB “velado” da década de 2001/2011 contabilizado pela valoração dos afazeres domésticos. Não há empecilhos técnicos para a valoração do trabalho reprodutivo – não pago, sua valorização é uma decisão política, portanto depende da força política dos segmentos sociais interessados na construção de um futuro igualitário entre os sexos e que tenham como meta promover o “fim” da divisão sexual do trabalho, raiz do mal estar feminino.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, N. (2001), “Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira”, em *Revista GÊNERO*, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) da Universidade Federal Fluminense. V.1, n.2 – 1/semestre;

AGUIRRE, R., GARCÍA SAINZ, C.; CARRASCO, C. (2005) “El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad”, Serie Mujer y Desarrollo CEPAL, Nº 65, Santiago.

ARAUJO, Clara, SCALON, Celi, (orgs) “**Gênero, família e trabalho no Brasil**”, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

BECKER, G., “A Theory of the Allocation of Time” em **The Economics of Women and Work**, AMSDEN, Aline H (ed), New York, Penguin Books, 1980, 52-81.

BOSERUP, E. (1970) *Women's role in economic development*, Nova York, Saint Martin's Press.

BRASIL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistemas de Contas Nacionais Brasil, 1990-1995, 1997, vol 1; PNAD; microdados de 2001/11.

CARRASCO, Cristina, **Estatísticas sob Suspeita – Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**, São Paulo, SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2012.

CLARK, Colin, “Le travail ménager et le produit national”, em **Futuribles**, Analyse et prévision, SEDEIS, Tome XI, nº 6, Paris, juin 1971.

CONSEJO NACIONAL de la MUJER (2005) “Decir MUJER es decir trabajo – Metodologías para la medición del uso del tiempo con perspectiva de género”, Argentina, Consejo Nacional de la Mujer, Embajada de España en Argentina, Agencia Española de Cooperación Internacional (orgs).

COMUNIDAD DE MADRID, Consejería de Empleo y Mujer, Dirección General de la Mujer, 2º Ed., 2006.

DEDECCA, C. (2004) Tempo, Trabalho e Gênero, in COSTA, Ana A., OLIVEIRA, Eleonora M. de, LIMA, Maria Ednalva B. de, SOARES, Vera, (orgs), *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*, São Paulo: CUT.

DEDECCA, C. (2005) Sobre tempos e gênero na sociedade brasileira. Trabalho preparado para a UNIFEM, mimeo.

DURÁN, María Ángeles, “**A dona-de-casa: crítica política da economia doméstica**”, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

_____. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. In: *Revista de Ciências Sociais*, 2000, n. 18, p.56-69.

_____, “**O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?**”, Brasília/DF, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FERNANDES, Brena P.M., “A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo”, IN: Revista de Estudos Feministas (REF). vol.16 no.2, Florianópolis May/Aug, 2008.

GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L., Unpaid Work in the Household, em Review of Economic Evaluation Methods, Women, Work and Development, Genebra, Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1982.

GURYAN, J., HURST, E., KEARNEY, M., (2008) “Parental Education and Parental Time with children”, em *Economic Perspectives*, Vol. 22, n. 3, Summer.

MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Claudio Monteiro, SABBATO, Alberto Di, “Os afazeres domésticos Contam”, Economia e Sociedade, IE/UNICAMP, v. 16, n. 3 (31), pp. 435-454, dezembro 2007.

SOARES, Cristiane, (2008), “A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família”, *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu, MG, 29/09 a 03/10.*

VANDELAC, Louise, L'économie domestique à la sauce marchande...ou les évaluations monétaires du travail domestique, em VANDELAC, L., BÉLISIE, D., GAUTHIER, ^a, PINARD, Y, (eds), **Du travail et de l'amour – Les dessous de la production domestique**, Quebec, Canadá, Syros Alternatives, Editions Saint-Martin, 1985.

UN (1993) *System of National Accounts*, cap IV, A CONTA DE PRODUÇÃO, Nova York, United Nations.

UNDP, (1995), *Human development report 1995*, New York, Oxford University Press, 1995.